

RASCUNHO DA ART N° 1020240313259

Rascunho

CARLOS HENRIQUE GUIOTTI GARCIA - Engenheiro Civil,

Empresa contratada: **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO - Registro CREA-GO: 089P**

2. Dados do Contrato

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	CPF/CNPJ: 01.409.705/0001-20
Avenida Anhanguera, Nº 3228	Bairro: Setor Leste Vila Nova
CEP: 74643-010	Cidade: Goiânia-GO
Quadra: 71 Lote: 0	Complemento:
E-Mail:	Fone: (62)3201-3148
Contrato: 0	Celebrado em: 30/10/2024
Valor Obra/Serviço R\$: 0,01	Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Órgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

Rua José de Amorim, Nº S/N	Bairro: Centro	CEP: 75701-970
Quadra: 0 Lote: 0	Cidade: Catalão-GO	
Data de Início: 30/10/2024	Previsão término: 30/10/2025	Coordenadas Geográficas: -16.6711033,-49.2456579
Finalidade: Escolar	CPF/CNPJ: 01.409.705/0001-20	
Proprietário(a): CE GILBERTO ARRUDA FALCÃO	Fone: (00) 00000000	Tipo de proprietário(a): Pessoa Jurídica de Direito Público
E-Mail:		

4. Atividade Técnica

ATUACAO	Quantidade	Unidade
ORCAMENTO EDIFICIO DE ALVENARIA PARA FINS ESPECIAIS	1.921,94	METROS QUADRADOS

O registro da A.R.T. não obriga ao CREA-GO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do(a) Profissional. As informações constantes desta ART são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-GO.

Após a conclusão das atividades técnicas o(a) profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ORÇAMENTO REFERENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO, NO COLÉGIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO GILBERTO ARRUDA FALCÃO, no município de CATALÃO-GO, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.921,94 M2. DECLARO SER FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL COM SALÁRIO FIXO. ART registrada conforme Termo de Cooperação nº 019/2024 celebrado entre CREA-GO e a SEDUC/GO.

6. Declarações

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.